

# REFORMA e REVOLUÇÃO

**Felipe Corrêa**



# REFORMA E REVOLUÇÃO

Felipe Corrêa

2006

(C) Copyleft

Faísca Publicações Libertárias

**Projeto de capa e diagramação:**

Felipe Corrêa

**Fotografia da capa:**

cedida por David Doillon

**Revisão:**

Victor Khaled

(C) Copyleft - É livre, e inclusive incentivada, a reprodução deste livro, para fins estritamente não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

**Faixa Publicações Libertárias**

**[www.editorafaisca.net](http://www.editorafaisca.net)**

Rua Frei Caneca 313 ap. 3 \* 01307-001 \* SP/SP

[faisca@riseup.net](mailto:faisca@riseup.net)

# SUMÁRIO

## REFORMA E REVOLUÇÃO

05

A Social-Democracia e o Revisionismo

11

Sindicalismo e Anarquismo

23

Reforma e Revolução Hoje

35

Notas

56

# REFORMA E REVOLUÇÃO

**Felipe Corrêa**

“[...] tomaremos ou conquistaremos as eventuais reformas no mesmo espírito daquele que arranca pouco a pouco do inimigo o terreno que ele ocupa, para avançar cada vez mais; e permaneceremos sempre inimigos de todo governo [...].”

*Errico Malatesta*

“É buscando o impossível que o homem sempre realizou e reconheceu o possível, e aqueles que se limitaram bem-comportados ao que lhes parecia o possível nunca avançaram um único passo sequer.”

*Mikhail Bakunin*

Algum tempo atrás, debatíamos, eu e alguns conhecidos, sobre as conseqüências da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e como o movimento anticapitalista deveria mobilizar-se para uma oposição significativa a ela. Discutíamos, prática e teoricamente, como mostrar às pessoas os perigosos efeitos desse acordo e como conseguir aglutinar num pólo opositor, o maior número de pessoas possível. Em meio às discussões, um companheiro posicionou-se dizendo que nós – os socialistas libertários – não deveríamos lutar contra a ALCA, pois isso era *reformismo*. Do seu ponto de vista, o fato de estarmos pensando em maneiras de fazer com que o governo não assinasse o acordo, era a crença de que uma ação parlamentar pudesse ter alguma relevância em nossas vidas. Como esse era apenas um ganho pontual – uma reforma –, não deveria fazer parte de nossos *objetivos revolucionários*, que preconizam uma mudança estrutural e completa da sociedade.

Isso instigou um debate e uma reflexão posterior acerca do papel dos movimentos libertários e anti-autoritários, nas conquistas de direitos parciais – *as reformas* – e que não objetivam diretamente a mudança completa da sociedade – *a revolução*. Aliás, esse

não é um tema novo nas discussões desse meio. Emma Goldman, por exemplo, já em 1931 em seu livro *Living my Life* [*Vivendo Minha Vida*] tomava parte no debate criticando os operários norte-americanos que lutavam pela jornada de oito horas de trabalho, dizendo que isso era “perda de energia e de tempo” e que era uma “estupidez os trabalhadores lutarem por tão pouco”.<sup>1</sup> Afinal de contas, enquanto socialistas libertários, julgamos que as estruturas capitalistas não oferecem espaço para o desenvolvimento da liberdade plena dos indivíduos e que a opressão, a alienação e a exploração são intrínsecas ao capitalismo. Decorre disso que qualquer projeto de sociedade futura que tenhamos, deve ser feito fora dele. O capitalismo não dá conta daquilo que aspiramos em termos econômicos, políticos e sociais – a autogestão em sentido pleno.<sup>2</sup> Por isso, a necessidade de uma revolução que supere o capitalismo e traga à ordem do dia um outro modo de produção – o socialista – é irremediavelmente essencial, sendo portanto, impossível o desenvolvimento das plenas faculdades de cada um de nós dentro do capitalismo. E não é só isso. Como uma mudança no modo de produção não irá determinar necessariamente uma mudança global da sociedade, acreditamos que a tal

revolução deve contemplar dentro dela outras lutas: contra a opressão de gênero, o racismo, o preconceito em relação aos homossexuais, a destruição do meio ambiente, entre tantas outras atrocidades da sociedade contemporânea que não necessariamente cessariam caso o capitalismo fosse superado.

A História certamente nos dá exemplos de sobra das situações revolucionárias em que foram criados momentos que proporcionavam, realmente, a possibilidade de uma ruptura radical com a ordem vigente. A Revolução Francesa de 1789, as revoluções de 1848, a Comuna de Paris de 1871, a Revolução Russa de 1917 e a Revolução Espanhola de 1936 são exemplos disso. No entanto, essas situações não acontecem a todo tempo; todas elas estão imbuídas de um grande contexto histórico, pertencem a um momento específico da História. O que nós, os socialistas libertários e antiautoritários, devemos fazer então nos períodos em que a tal revolução não esteja tão iminente? Militar hoje para aumentar as possibilidades de uma revolução? Organizar as pessoas para que quando uma possível e futura revolução – que nem ao menos sabemos quando acontecerá – chegar, possamos dar a ela o caráter mais libertário possível? Esperarmos a revolução

para que, depois disso, as coisas passem a funcionar da forma como desejamos? Em suma: o que fazer hoje para chegarmos à tão desejada revolução?

Hoje em dia, as condições objetivas são muito diferentes dos períodos revolucionários citados acima, ou seja, não temos perspectiva, em curto ou médio prazo, de alguma possibilidade revolucionária que transforme radicalmente a realidade do mundo no qual vivemos. Numa correlação de forças, a revolução está desfavorecida. Dentro desse panorama, quais seriam as alternativas de militância mais adequadas? Como deveríamos agir com as reformas, ou com os ganhos parciais de direitos que, em certo sentido, melhoram as condições das pessoas, mas que ao mesmo tempo não superam o capitalismo e algumas vezes o reforçam? Isso significa aceitar o governo como órgão representativo? Nós, ao constituirmos um movimento, lutamos pela revolução ou pelas reformas? Os ganhos do dia-a-dia, que não superam o capitalismo e não transformam a sociedade da maneira desejada, nos interessam? Afinal: o que é reforma? O que é revolução? O que é ser reformista e o que é ser revolucionário? A partir das discussões sobre esse tema, uma infinidade de questões surge.

Esse artigo pretende discutir brevemente *reforma e revolução*, sendo portanto, uma aproximação das elucidações que ajudam a responder as questões oriundas desta inesgotável polêmica. O texto voltará aos debates clássicos do movimento socialista, que ocorreram no seio da II Internacional (1889-1914) e cujo protagonismo é caracterizado pela figura de Eduard Bernstein. Tratará, além disso, de sindicalismo e anarquismo, tendo como referência as discussões do Congresso Anarquista de Amsterdã de 1907, entre Pierre Monatte e Errico Malatesta. Mais à frente, o artigo traçará análises contemporâneas que podem ajudar no esclarecimento deste debate – geralmente tratado de maneira marginal nos grupos e movimentos de caráter apartidário, horizontal e autônomo –, mostrando possíveis saídas para as inúmeras questões levantadas. Como o leitor poderá perceber, muito mais do que dar respostas herméticas a essas questões, nosso maior intento é o de fornecer elementos que contribuam com o debate e a reflexão de cada um de nós no que se refere ao tema abordado, apresentando elementos teóricos que possam estimular nossas práticas cotidianas. Assim, propositalmente, ele não apresenta aspectos práticos e discussões acerca das lutas contemporâneas.

## A Social-Democracia e o Revisionismo

Uma das boas formas de iniciarmos uma compreensão do debate *reforma versus revolução*, é nos remetermos à social-democracia dos fins do século XIX e início do século XX. Foi em meio a ela que as *teorias reformistas* desenvolveram-se e, de certa forma, acabaram iluminando o caminho e o futuro da social-democracia, que viria crescer e ganhar corpo durante o século XX. Entre seus maiores representantes estava o teórico Eduard Bernstein. Bernstein, que aos 22 anos havia ingressado no Partido Social Democrata (SPD)<sup>3</sup>, mantinha estreitos contatos com Engels em Londres, em meados da última década do século XIX. Por muitos anos, foi considerado um grande teórico do marxismo, e divulgou suas idéias, em grande medida, numa revista editada por Kautsky e fundada em 1883, chamada *Die Neue Zeit*. A partir de uma série de artigos publicados por volta de 1898 – e que foi registrada

em 1901 no livro *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia* –, Bernstein deu corpo à sua crítica dos elementos centrais do marxismo.

A social-democracia mantinha, até então, um discurso radical e combativo, conforme apontado por Kautsky, numa citação dos princípios do Partido Social Democrata Alemão, em seu livro *Class Struggle (Erfurt Program)* [*Luta de Classes (Programa de Erfurt)*] escrito em 1892.

“Essa transformação social significa a libertação, não apenas do proletariado, mas de toda a raça humana. No entanto, apenas a classe trabalhadora pode realizá-la. Todas as outras classes, apesar de seus contraditórios interesses, mantêm sua existência sobre os fundamentos da propriedade privada dos meios de produção e, por essa razão, têm um motivo comum para apoiar os princípios da ordem social existente.”<sup>4</sup>

Esse discurso foi mantido no SPD, principalmente por Karl Liebknecht e August Bebel que se tornou o

líder do partido após a virada do século. Ao mesmo tempo, Eduard Bernstein, nessa série de artigos publicados na revista de Kautsky, inicia sua *revisão* do marxismo; o que ficaria conhecido depois como o *Revisionismo* de Bernstein. Ele afirmava que as teorias de Marx sobre as crises cíclicas do capitalismo – que gerariam uma catástrofe, e, a partir dela, surgiriam as premissas para o socialismo e os momentos revolucionários – estavam erradas. Segundo ele, os adeptos dessa teoria outrora exposta no *Manifesto Comunista* estariam equivocados. Para Bernstein, a *teoria do catastrofismo* “é um erro em todos os aspectos”<sup>5</sup> e o capitalismo, ao invés de caminhar para as tais crises, adaptar-se-ia às novas circunstâncias e ganharia cada dia mais força. Essa “capacidade de adaptação” do capitalismo atenuaria as contradições internas do sistema, impedindo que as crises se desenvolvessem e se agravassem. Dessa maneira, os trabalhadores não deveriam aguardar por um momento revolucionário que fosse propiciado por uma dessas crises. A social-democracia, do seu ponto de vista, deveria seguir o caminho parlamentar e iniciar uma luta imediata pela melhoria das condições dos trabalhadores.

Além disso, Bernstein acreditava que o caminho revolucionário, também indicado na literatura marxista, não servia mais como paradigma de mudança. Para ele “a democracia social floresceria muito melhor segundo meios legais do que por meios ilegais e revolução violenta.”<sup>6</sup> Como escreveu Murray Bookchin, em seu *Third Revolution* ao explicitar os objetivos da social-democracia: “ao invés de fazer uma revolução para chegar a uma sociedade socialista, os socialistas deveriam trabalhar para obter ganhos parciais que conduziram a uma transição lenta e pacífica ao socialismo”.<sup>7</sup> O socialismo não deveria, portanto, ser realizado por meio da revolução, mas sim por reformas graduais do sistema capitalista. O próprio Bernstein escreveu que

“Em toda parte há ação pela reforma, ação para o progresso social, ação para a vitória da democracia. O povo estuda os pormenores dos problemas do dia e deseja encontrar pontos de apoio e pontos de arranque para levar a cabo o desenvolvimento da sociedade na direção do socialismo.”<sup>8</sup>

Para ele, a multiplicação do sistema de cooperativas, o incremento da democracia parlamentar e aumento da força dos sindicatos, configurariam um cenário propício para a conquista do socialismo de maneira gradual, sem revoluções violentas. Num pragmatismo absoluto, ele escreve que não tem quaisquer interesses para com o futuro e que suas ações e esforços são voltados para o aqui e agora. O socialismo seria, para ele, um sistema baseado na evolução e que, por isso, não teria muitos motivos para basear-se num futuro longínquo. Essa evolução social deveria acontecer por meio das reformas, que resguardariam os direitos políticos do proletariado, seus interesses de classe e também seu direito de exercer as atividades econômicas. As reformas que, levadas ao infinito, conduziriam ao socialismo, deveriam dar ao Estado uma forma cada vez mais democrática. Visto que na análise de Bernstein, o Estado é compreendido como esse instrumento “neutro”, capaz de dar espaço ao desenvolvimento do socialismo, o parlamento e a democracia representativa seriam meios para alcançar esse objetivo. Escrevia ainda, sustentando esses argumentos, que

“O direito a voto, numa democracia, faz dos seus membros sócios virtuais da comunidade, e essa associação virtual deve conduzir, no final, a uma associação efetiva. Com uma classe trabalhadora subdesenvolvida em números e cultura, o direito geral a voto pode parecer-se muito com o direito de escolher ‘o carasco’; com o número crescente e o maior discernimento dos trabalhadores, a situação mudou, contudo, para converter o direito de voto no mecanismo pelo qual se transformam os representantes do povo em verdadeiros servidores do povo.”<sup>9</sup>

Na época em que os artigos de Bernstein chacoalhavam as páginas da *Neue Zeit*, Rosa Luxemburgo chegava à Alemanha para militar ao lado do SPD. Porém, discordando radicalmente das posições expostas por Bernstein, responde a ele com dois artigos que, mais tarde, acabariam constituindo seu livro *Reforma ou Revolução?*.<sup>10</sup> Isso faz com que Rosa torne-se conhecida e respeitada dentro do partido. Ela inicia sua crítica enfatizando que Bernstein propõe uma teoria que renuncia a transformação social. As reformas – que

para ela deveriam ser somente um meio da luta de classes – teriam recebido *status* de fim. Essas reformas, no entanto, não deixavam de ser valorizadas por ela, visto que em muitos casos realmente poderiam garantir direitos dos trabalhadores e minimizar o impacto do Capital sobre o Trabalho. Ao mesmo tempo, ela sustentava que as reformas não contêm dentro de si qualquer porção de socialismo, portanto, contentar-se somente com as reformas do capitalismo, seria renunciar o socialismo. Referindo-se a Bernstein, Rosa escreve:

“E quando Bernstein põe a questão de saber se uma lei de proteção operária contém socialismo em grau maior ou menor, podemos garantir que, na melhor das leis de proteção operária, há tanto ‘socialismo’ quanto nas posturas municipais sobre a limpeza de ruas e funcionamento dos lampiões, o que é também uma espécie de ‘controle social’.”<sup>11</sup>

Por esse motivo, apesar de não rechaçar as reformas por completo, Rosa acreditava na real necessidade de uma revolução para que o socialismo fosse esta-

belecido. O *Revisionismo* de Bernstein, para ela, poderia somente dar conta de suavizar as explorações do capitalismo, mas não eliminá-las por completo. Ainda segundo Rosa:

“ [...] a idéia de Bernstein, de transformar em um mar de doçura socialista, por meio da mistura progressiva de garrafas de limonada social-reformista, oceano de amargura capitalista, é apenas mais monótona, e não menos fantástica [se comparada às idéias dos falans-térios de Fourier].”<sup>12</sup>

Esforçar-se apenas pelas reformas não faria com que a ordem e o *status-quo* fossem modificados radicalmente. Ou fazia-se uma revolução, que daria ao proletariado o destino de suas vidas, ou continuar-se-ia dentro do sistema capitalista, mantendo a instituição da propriedade privada e o modo de produção que preconiza a acumulação. A revolução, para ela, não seria “as reformas condensadas” e nem “as reformas, uma revolução desdobrada”. O *Revisionismo*, nesse sentido, teria como interesse somente transformar os pobres em ricos, atenuando os conflitos de classe e introduzindo interesses “proletários” no Estado.

Sobre a questão do Estado, Rosa foi também muito enfática ao discordar da concepção de “neutralidade do Estado e do parlamento” de Bernstein. Para ela, desde que o Estado foi apropriado pela vitória política da burguesia, todas as suas ações são tomadas de maneira a mantê-la no poder e aumentar a sua esfera de ação. Por isso, essas pequenas “concessões” em termos de desenvolvimento social e interesse geral, seriam feitas apenas se coincidissem com os interesses da classe dominante. O Estado não proporia, por espontânea vontade, medidas que tivessem esse objetivo. O parlamento, da mesma maneira, seria somente uma instituição para forjar um caráter democrático da sociedade e, sendo fundamentado no liberalismo burguês, não questionaria, de qualquer maneira, essa suposta democracia.

Ainda colocando em xeque as posições de Bernstein, diz que as cooperativas e os sindicatos, meios defendidos por este enquanto importantes fatores na melhoria de condições dos trabalhadores e para o alcance do socialismo, não seriam os meios adequados de combate ao capitalismo. As cooperativas, para Rosa, teriam uma relação entre si, na qual as cooperativas de produção seriam sustentadas pelas cooperativas de

consumo. Do seu ponto de vista, as cooperativas de produção seriam dedicadas apenas a um pequeno mercado local, distribuindo apenas produtos de necessidade imediata. Os mais importantes setores da economia capitalista tais como a indústria metalúrgica, mineira, têxtil, petrolífera, de bens de produção, de maquinaria, entre outros, estariam fora das cooperativas de consumo e, por conseqüência, fora das cooperativas de produção. Logo, a “generalização do sistema de cooperativas” proposta por Bernstein, seria mais que inviável. Para que essa “generalização” acontecesse, seria necessária a supressão do mercado e da economia mundial. Os sindicatos, segundo Rosa, também não ofereceriam ameaças reais ao capitalismo, visto que funcionariam muito mais como meio de defesa dos trabalhadores, do que de ataque. Eles não ofereceriam um ataque real contra o lucro e o Capital, e apenas funcionariam como uma organização de defesa às tendências opressoras do capitalismo. Segundo Rosa:

“Os dois meios, graças aos quais se propõe Bernstein a realizar a reforma socialista, isto é, cooperativas e sindicatos, evidenciam-se pois

absolutamente incapazes de transformar o modo de produção capitalista.”<sup>13</sup>

Apesar das teorias de Bernstein terem sido rechaçadas inicialmente, na década de 1920, foram aceitas e consagradas pelo Congresso do partido, dando a principal linha política dentro da social-democracia alemã. Dali em diante, a social-democracia iria tornar-se cada vez menos radical, e ao final da década de 1950, renunciaria totalmente o socialismo como objetivo.



## Sindicalismo e Anarquismo

Ao contrário do debate acima exposto, que colocou de maneira muito clara o conceito de *reformismo* – praticamente definido nesse momento – e que estava presente na argumentação de Bernstein, no anarquismo não houve qualquer discussão que se aproximasse da questão com a mesma abordagem ou mesmo com distante semelhança. O que Bernstein propôs, por meio de seu *Revisionismo*, foi muito diferente de qualquer proposta anarquista. Nunca houve, no anarquismo, qualquer movimento expressivo que tivesse como intenção a sua transformação em um movimento essencialmente reformista. O anarquismo, durante toda a sua história, teve uma tradição essencialmente revolucionária. Isso não significa que as discussões sobre as reformas, sobre como lidar com a participação parlamentar<sup>14</sup>, entre muitas outras, não tenham existido.

O anarquismo, desde sua constituição enquanto movimento, o que se dá na segunda metade do século XIX, sempre reforçou a necessidade de uma revolução. Essa revolução, como colocou Mikhail Bakunin, não deveria ser uma revolução apenas política [como para ele foi a Revolução Francesa, idéia que, do seu ponto de vista, continuava latente no pensamento de Marx], mas sim uma *revolução social*, que não se restringisse ao âmbito político e pudesse trazer a verdadeira liberdade à humanidade. Para Bakunin:

“Ela [a revolução social] pode resumir-se em poucas palavras: ela quer e nós queremos que todo homem que nasça sobre esta terra possa se tornar um homem no sentido mais completo deste termo: que ele não tenha somente o direito, mas todos os meios necessários para desenvolver todas as suas faculdades, e ser livre, feliz, na igualdade e para a fraternidade.”<sup>15</sup>

O primeiro homem que se intitulou anarquista foi P.-J. Proudhon, que em 1840 escreveu *O que é a Propriedade?*<sup>16</sup>, exercendo grande influência no movi-

mento socialista da época. Foi graças à sua influência que o russo Bakunin converteu-se ao anarquismo, já com mais de 50 anos de idade. Depois disso, tanto os mutualistas, inspirados pelo pensamento de Proudhon, quanto os anarquistas, inspirados por Bakunin, integram a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) – que depois ficou conhecida como Primeira Internacional – permanecendo até o ano de 1872, quando eles e outros são expulsos. O desenrolar dos acontecimentos da época como a guerra franco-alemã de 1870 e a Comuna de Paris de 1871, marcariam severas diferenças entre os socialistas que estavam em torno de Bakunin, e que defendiam o federalismo, o antiestatismo e o caráter descentralizado da Internacional, e os socialistas que estavam em torno de Marx, cujos principais objetivos eram ter a hegemonia da organização e reforçar seu caráter centralista. Assim, deu-se a divisão entre os *socialistas libertários* – os que estavam em torno de Bakunin – e os *socialistas autoritários* – aqueles em torno de Marx.<sup>17</sup>

Foi, na maioria das vezes, em meio ao movimento operário que o anarquismo cresceu e desenvolveu-se. Sob os mesmos princípios basilares da crítica ao Estado e à propriedade privada, no entanto, diferentes ten-

dências surgiram, visando cada uma colocar em prática esses princípios de maneira mais efetiva ou coerente. As formas de destruição da sociedade opressora e de construção da nova, também motivaram grandes diferenças dentro do anarquismo. Exemplos disso são as tendências hoje por nós conhecidas tais como anarco-comunismo, anarco-sindicalismo, dentre outras.

Em 1907, no Congresso Anarquista realizado em Amsterdã, um debate sobre sindicalismo e anarquismo entre Pierre Monatte, um jovem francês e sindicalista revolucionário, e Errico Malatesta, um italiano e grande propagandista do anarquismo, pode ser de grande relevância nessa discussão sobre *reforma e revolução*.<sup>18</sup>

Monatte defende, naquele momento, que há uma influência mútua entre o anarquismo e o sindicalismo e que isso seria bom para ambos. Para ele, o sindicalismo criaria uma consciência de classe nos anarquistas, que algumas vezes teriam se distanciado do movimento operário e, ao mesmo tempo, o anarquismo levaria o movimento operário rumo à revolução e popularizaria o conceito de ação direta. Para ele, o sindicalismo

“É uma escola de força de vontade, entusiasmo e pensamentos criativos. Abre novas perspectivas e esperanças para um anarquismo que esteve durante tanto tempo fechado em si mesmo. Que todos os anarquistas ingressem no sindicalismo – isso fará com que seu trabalho se torne ainda mais produtivo e mais decisivos os golpes que aplicarem contra o regime social.”<sup>19</sup>

Monatte defende ainda que o sindicalismo é a proposta anarquista desenvolvida muito mais em seus aspectos práticos do que teóricos. O sindicalismo anarquista seria horizontal e federalista, o que significa dizer que não teria espaço para os líderes autoritários ou para a burocracia assalariada. Seria controlado de baixo para cima e teria toda autonomia, em relação à Confederação, no que tange a liberdade de atuação. Em sua análise, após a grande repressão imposta pelo governo aos rebeldes da Comuna de Paris<sup>20</sup> – os *communards* –, o movimento anarquista havia se desarticulado, e apenas alguns anos depois, reestruturar-se-ia com a criação de associações de classe feita pelo

proletariado, conhecidas, a partir de então, pelo nome de sindicatos. Para ele, a Confédération Générale du Travail (CGT) francesa, fundada em 1895, seria o pragmatismo aplicado ao anarquismo. “Só filosofia – dizia ele – não é suficiente para fazer uma revolução” e o sindicalismo era o método pelo qual os trabalhadores explorados tomariam contato com o movimento revolucionário e se conscientizariam de sua situação de explorados. A partir desse momento, passariam a rebelar-se contra essa exploração na luta diária contra os abusos e os maus tratos no trabalho. Alguns anos após a criação da CGT, as táticas de boicote, sabotagem e greve geral foram incorporadas como métodos de luta e tidas como caminho para a revolução. O sindicato seria um órgão de transformação social e essas táticas, um meio de torná-la realidade. A greve, para ele, seria uma arma contra o capitalismo, que acirraria a luta de classes e faria com que os trabalhadores tomassem conhecimento da dinâmica revolucionária acreditando, cada vez mais, em si mesmos.

Monatte dizia ainda que por razão de todos os trabalhadores estarem submetidos às mesmas leis salariais, seus interesses seriam iguais, e atribui a esse fato, o crescimento do sindicalismo. Defende que esses

trabalhadores, cujos interesses seriam os mesmos, deveriam emancipar-se exclusivamente por meio da ação direta, ou seja, agir em próprio benefício, contar apenas com seu esforço, e não conferir ao Estado a tarefa de satisfazer suas necessidades econômicas. Os anarquistas, portanto, teriam como tarefa assegurar a continuidade do sindicalismo nos lugares em que os trabalhadores estivessem em luta pela emancipação. Para ele

*“[...] o sindicalismo se basta a si próprio. Sei que tal afirmação jamais foi entendida, mesmo pelos anarquistas. Ela significa apenas que, tendo finalmente atingido a maioria, a classe operária está decidida a manter a sua independência e a não confiar a mais ninguém a tarefa de promover a sua emancipação.”<sup>21</sup>*

Nesse mesmo Congresso de 1907, Errico Malatesta, anarquista de tradição anarco-comunista, pronunciou-se também em relação ao sindicalismo. Do seu ponto de vista, as conclusões de Monatte que o sindicalismo bastaria a si mesmo e que este seria uma forma necessária e capaz de trazer a revolução social, estavam

deveras erradas. Apesar de Malatesta concordar que o movimento operário era um ótimo campo de difusão do pensamento anarquista e que os sindicatos não deveriam ser anarquistas, mas organizações da classe operária, ele não descartava a necessidade de os anarquistas se organizarem enquanto tal dentro dos sindicatos. Ao invés de simplesmente integrar o sindicato e lutar nele rumo à revolução – o argumento de Monatte –, o campo da propaganda anarquista seria mais propício, segundo seu ponto de vista. Malatesta apresentou uma relação entre meios e fins em sua interpretação do sindicalismo dizendo:

“Na minha opinião, o movimento operário não é mais do que um meio – embora não há dúvida de que é o melhor meio de que dispomos. Mas eu me recuso a aceitar esse meio como um fim [...]. Os sindicalistas, por outro lado, têm uma certa propensão para transformar os meios em fins e para considerar as partes como sendo o todo. E, desse modo, para alguns dos nossos, o sindicalismo começa a se transformar numa nova doutrina que ameaça a própria existência do anarquismo.”<sup>22</sup>

Para ele, o sindicalismo seria sempre um movimento legítimo e conservador, com um único objetivo: melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores. Caberia, assim, aos anarquistas, a tarefa de ingressar no sindicato para fazer a propaganda e a difusão do anarquismo. Dessa maneira, no momento em que a revolução tivesse tido sucesso – por meio da luta dos operários por um objetivo de transformação completa da sociedade e não somente pelos ganhos parciais – os trabalhadores organizados poderiam dar continuidade à produção que, nesse momento, estaria em suas próprias mãos. O anarquismo, portanto, serviria como um fator de radicalização dos operários dos sindicatos – essencialmente defensores de seus interesses econômicos imediatos. Deveria fazer com que o sindicato fosse orientado para a revolução social, mesmo que isso prejudicasse as vantagens imediatas defendidas pelo sindicalismo.

Além disso, a concepção de Monatte de que os interesses econômicos dos trabalhadores são idênticos e o fato de que, por estarem defendendo seus interesses, estariam necessariamente defendendo o proletariado contra o capitalismo, para Malatesta, é uma ma-

neira por demais simplista de se entender a luta de classes. Para ele, muitos trabalhadores assemelhar-se-iam muito mais com os patrões do que com os próprios trabalhadores. A greve geral, para ele, seria um ótimo meio de se iniciar uma revolução, mas uma grande ilusão enquanto fim revolucionário. A greve, segundo seu ponto de vista, mataria de fome muito mais rápido os operários do que os patrões. Por isso, em meio à greve, os trabalhadores teriam duas opções: ou, morrendo de fome, voltariam ao trabalho de cabeça baixa, ou tomariam os meios de produção e não sem um grande conflito com as forças armadas do Estado e com a burguesia. Por isso, inevitavelmente, os trabalhadores deveriam preparar-se para um conflito armado, essa revolta inevitável, uma insurreição em que venceria aquele que tivesse mais força. No fim de sua fala, Malatesta retoma sua discussão sobre fins e meios, além de tratar da revolução, dizendo:

“Lamentei, no passado, que os camaradas se isolassem do movimento operário. Lamento hoje que, caindo no extremo oposto, muitos entre nós se deixem tragar pelo mesmo movimento. Uma vez mais, a organização da classe

operária, a greve, a ação direta, o boicote, a sabotagem e a própria insurreição armada são apenas os meios; a anarquia é o fim. A revolução anarquista que desejamos, excede os interesses de uma única classe – ela se propõe à libertação total da humanidade escravizada, tanto do ponto de vista econômico, quanto político e moral. É preciso que permaneçamos atentos contra qualquer plano simplista e unilateral de ação.”<sup>23</sup>



## Reforma e Revolução Hoje

Para um debate atual sobre reforma e revolução, seria interessante conceituarmos o que entendemos pelos dois termos. Seria impossível, neste espaço, tentar dar uma abordagem geral e trabalhar com todas as perspectivas e significados que essas duas palavras podem ter. Por esse motivo, optamos por trabalhar com os conceitos de reforma e revolução, a partir da perspectiva que temos em relação a eles.<sup>24</sup>

A revolução consiste na alteração, por meios violentos, da ordem social e política vigente. No entanto, uma revolução, conforme Bakunin sempre enfatizava, deve ser uma *revolução social* e não só uma revolução política – como os conceitos de revolução política dos jacobinos e leninistas. Essa revolução social, para os socialistas libertários, deve ser ao mesmo tempo libertária e igualitária, e não se restringir aos âmbitos político e econômico. Uma revolução, além disso, deve

incorporar em um segundo momento a luta contra o preconceito racial, a opressão de gênero, a destruição do meio ambiente, entre tantas outras coisas. Essa revolução social deve substituir a sociedade em que vivemos hoje por uma outra onde não exista injustiça, opressão e exploração (ou que pelo menos exista uma busca constante em acabar com elas). A necessidade de uma revolução dá-se, como exposto no início desse artigo, pela crença de que o sistema atual em que estamos inseridos não é possível de ser reformado.

As reformas são as reestruturações parciais, que podem significar ganhos de curto prazo ou mesmo perdas. Elas podem ter relação com o governo, mas não se restringem somente a ele. Podem estar relacionadas ao ambiente de trabalho, representando progressos como por exemplo a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, os aumentos salariais, a melhoria das condições no ambiente de trabalho, etc.. Na relação com o governo, podem ser entendidas como a reforma dos sistemas legislativo, executivo, judiciário, etc. As reformas estão diretamente relacionadas com a crença de que o sistema pode ser gradualmente melhorado, independente se essas reformas são entendidas como um fim em si mesmas, ou se elas

são consideradas como parte de um projeto maior. As reformas também podem significar perdas ou regressos, como por exemplo a flexibilização das legislações que garantem direitos trabalhistas e sociais.

O reformismo – e isso deve sempre estar bastante claro – tem uma diferença capital das reformas. Ele é utilizado para caracterizar as posições daqueles que acreditam na mudança gradual do sistema, sem a necessidade de uma revolução violenta. Os reformistas acreditam que o capitalismo e a sociedade atual podem ser reformados pacificamente e que uma série dessas reformas poderia conduzir nossa sociedade ao bem-estar e à democracia<sup>25</sup>. Alguns deles acreditam, inclusive, que essas reformas poderiam conduzir a sociedade ao socialismo. Para os reformistas, as reformas são um fim, e não funcionam como um passo para algo além.

Talvez a questão mais relevante desse debate esteja na diferença entre o que se entende por fim na luta social, política e econômica. A grande diferença entre as reformas e o reformismo é que a luta pelas reformas, nem sempre é reformista. As reformas serão reformistas, a partir do momento em que forem entendidas como um fim. Se elas forem entendidas como

um passo para algo além, então elas não serão. Os debates expostos acima colocam bem essa questão. Para Bernstein, as reformas eram um fim, ele acreditava que o capitalismo poderia ser reformado e as reformas, para ele, garantiriam uma evolução rumo à desejada sociedade e ao socialismo. Ele era, portanto, um reformista: enxergava as reformas como um fim. Ao contrário, Rosa Luxemburgo discordava disso dizendo que a luta pelas reformas era uma forma de acirrar a luta de classes e de minimizar a opressão do Capital sobre o Trabalho. Ela não via as reformas como um fim, mas sim como um meio de se chegar à revolução dizendo que “[...] toda essa teoria [o Revisionismo de Bernstein] só tende a aconselhar a renúncia à transformação social, à finalidade da social-democracia, e a fazer, ao contrário, da reforma social – simples meio da luta de classe – o seu fim.”<sup>26</sup> Além disso, ela enfatizava que

“[...] a reforma legal e a revolução não são métodos diferentes de desenvolvimento histórico, que se pode escolher à vontade no refeitório da história, [...] e sim fatores diferentes no desenvolvimento da sociedade de classe,

condicionados um ao outro e que se completam, ainda que se excluindo reciprocamente, como, por exemplo o pólo Norte e o pólo Sul, a burguesia e o proletariado. [...] Precisamente, o esforço pelas reformas não contém força motriz própria, independente da revolução; prossegue em cada período histórico, somente na direção que lhe foi dado pelo impulso da última revolução [...]"<sup>27</sup>

O debate entre Malatesta e Monatte também levanta questões atuais. O sindicalismo revolucionário, outrora defendido por Monatte, é uma forma de atuação que tem por objetivo conciliar as ações pelos ganhos de curto prazo – as reformas – com os únicos objetivos de longo prazo dos libertários – a revolução, com a conseqüente construção de uma nova sociedade. No entanto, como todas as tentativas de dar um caráter mais pragmático à luta do dia-a-dia pelas conquistas de curto prazo, o sindicalismo oferecia, e ainda oferece, um grande risco aos objetivos dos revolucionários. Apesar de Monatte afirmar que as semelhanças entre o anarquismo e o sindicalismo eram abundantes, o que se viu com o desenrolar da História é que as

advertências de Malatesta estavam corretas. A partir do momento em que não existiu mais uma força que impulsionasse os sindicatos rumo à revolução, na sua grande maioria eles se perderam em suas pequenas reivindicações e tornaram-se desde então, sindicatos exclusivamente reformistas. Ficou claro que a luta pelas reformas também deveria ser o objetivo dos sindicalistas revolucionários, mas não deveriam “bastarem-se a si mesmas”, como afirmou Monatte. Ainda num debate sobre o sindicalismo, anos mais tarde, Malatesta dirá que

“Seria absurdo, e até mesmo prejudicial, que os trabalhadores renunciem às tentativas de obter melhorias imediatas, mesmo pequenas, à espera da total emancipação que deverá ser o produto da transformação social completa, feita pela revolução. [...] O sindicato é, por sua natureza, reformista, não-revolucionário. O espírito revolucionário deve ser-lhe levado, desenvolvido e mantido pelo trabalho constante dos revolucionários que agem fora e dentro dos sindicatos [...]”<sup>28</sup>

Aquilo que ele chamaria de “embriaguez sindicalista”, ou seja, a perda do projeto revolucionário, transformaria o movimento sindical de maneira radical. Essas e outras questões dão margem para que possamos traçar hoje, um paradigma para nossa atuação social.

Somos revolucionários, pois não esperamos que o capitalismo e o sistema de opressão vivido hoje por nós dê espaço para o pleno desenvolvimento de nossa liberdade. Somos socialistas e libertários. No entanto, seria muito fácil nos afastarmos das lutas sociais e pretendemos ficar pregando a revolução distante da vida real. Isso é muito comum hoje. Acusando de reformistas todas as propostas que não sejam essencialmente pregar a revolução, muitos militantes afastam-se das atividades de propaganda, das lutas sociais do dia-a-dia e colocam-se a avaliar os defeitos do mundo e a proferir discursos bastante carregados de violência verbal, mas que não carregam em seu bojo qualquer dose de realidade, prática ou trabalho cotidiano. Outros lamentam que os movimentos de hoje estão perdidos, cooptados pelos partidos políticos e ONGs.

Estamos persuadidos que a idéia de que as reformas nos levariam a uma nova sociedade, em acordo

com aquela em que gostaríamos de viver, é uma grande falácia. Estamos também persuadidos de que somente uma revolução daria conta de atender as nossas demandas de uma nova sociedade. Apesar disso, somos pragmáticos o suficiente para não querer esperar a chegada da revolução, em um dia quem sabe, e lutamos hoje, por conquistas que possam nos levar à tal revolução, independente se ela acontecer amanhã, depois de amanhã, em 50 anos, ou se nem conseguirmos ver o dia em que ela chegará. Em uma coisa devemos concordar com Bernstein: o capitalismo não gera crises que acabam com ele, permitindo ser superado pelo socialismo. Se queremos alguma mudança, deveremos nós, por nós mesmos, e defendendo os nossos interesses, lutar pelos ganhos que queremos ter e conquistá-los pouco a pouco.

Uma das formas de obtermos algumas das melhorias desejadas é lutarmos aqui e agora pelas desejadas conquistas. Afinal de contas, se as empresas puderam ser “reformadas” pelos movimentos operários em toda a sua existência, quais seriam as diferenças dessas reformas serem impostas ao Estado em semelhante circunstância? Essa luta diária dos trabalhadores contra os maus tratos, contra as situações praticamen-

te desumanas de trabalho, dentre tantas outras, são conquistas que sempre foram reconhecidas por nós libertários. A luta do movimento sindical – nos tempos em que ainda possuía grande influência anarquista – deu grandes conquistas aos trabalhadores de hoje em dia: foi graças a ela que conquistamos a jornada de oito horas de trabalho, por exemplo. No Brasil, as medidas incorporadas por Getúlio na legislação trabalhista da década de 1930 foram, em quase sua totalidade, resultado das exigências dos movimentos operários do início do século – também, em grande medida, anarquistas. Podemos afirmar, por isso, que o movimento operário de então era reformista? Seria um grande engano. Sua luta pelos direitos de curto prazo contribuía para um objetivo maior, um porvir que estava começando a ser construído naquele momento. Se colocarmos as lutas e a imposição de nossas reivindicações aos governos, como sendo reformistas, estamos então, renunciando a toda tradição do sindicalismo revolucionário e suas lutas de curto prazo na História.

No entanto, não são todas as reformas que nos interessam. Nos interessam aquelas que possam contribuir com o nosso projeto revolucionário. Há uma

interessante distinção entre as reformas que desejamos e as que não desejamos desenvolvida por André Gorz e apropriada, em grande sentido, por Michael Albert, que diz que as reformas que nos interessam são as “reformas não-reformistas”.<sup>29</sup> Apesar de o termo ser estranho à primeira vista, exprime exatamente a questão da diferença entre as reformas como mais um meio de luta e as reformas como um fim em si mesmas.

Noam Chomsky é um outro autor contemporâneo que contribuiu bastante nessa discussão sobre os objetivos de curto e longo prazo dos socialistas libertários. Ele desenvolveu uma metodologia para distinção dos objetivos de curto e longo prazo. Colocou como *metas*, os objetivos de curto prazo, e *projetos*, aquilo que desejamos para o futuro. Para ele, as metas devem ser realizadas agora, para resolver problemas que temos agora e para nos trazer ganhos agora. Ao definirmos nossas metas, devemos levar em conta as pessoas que têm necessidades hoje, e que precisam de ajuda hoje. Os projetos são o “Norte” de nossa bússola, indicam para onde devem convergir nossas ações, mostram em que sentido devemos caminhar. Em sua concepção, um projeto, nesse sentido, poderia ser a sociedade libertária em que gostaríamos de viver. Em suas palavras:

“Por projetos, eu quero dizer a concepção de uma sociedade futura que inspire o que realmente fazemos, uma sociedade na qual um ser humano respeitável gostaria de viver. Por metas, eu quero dizer as escolhas e tarefas que estão a nosso alcance, e iremos seguir um caminho ou outro, guiados por um projeto que pode estar distante e não ser muito bem acabado.”<sup>30</sup>

Chomsky acredita que os libertários devem continuar mantendo seus ideais revolucionários, mas acredita que isso, muitas vezes, faz com que as pessoas afastem-se das conquistas reais. Ele condena aqueles que só desenvolvem o projeto – de longo prazo – e deixam de pensar sobre o que poderia ser feito hoje – as metas. Ele acredita que repetir os escritos do século XIX – cuja importância não é questionada por ele – como se fossem *slogans*, é uma tarefa simples. Trazer esse discurso para uma prática pragmática, indicando ações de curto prazo, esse sim, do seu ponto de vista, é o principal objetivo de todos aqueles que dizem comprometer-se com a mudança radical da sociedade.

Apesar das polêmicas que giram em torno dessa metodologia proposta para o desenvolvimento das ações, creio que as maiores objeções ao pensamento de Chomsky estejam muito mais na forma como ele aplica essa metodologia, do que na metodologia em si.<sup>31</sup> Para ele, o Estado e as grandes corporações seriam hoje, os maiores inimigos da liberdade e do bem-estar das pessoas. No entanto, ele acredita que o poder popular tem mais probabilidade de ser desenvolvido, se focado nas ações contra o Estado, visto que este tem uma mínima abertura à participação das pessoas – mesmo que seja somente retórica. Para ele, as grandes empresas seriam uma forma de absolutismo, com muito menos possibilidades de sofrer influência da população. Assumem-se como instituições autoritárias e, nem ao menos na retórica, permitem qualquer tipo de participação popular. Nesse sentido, o Estado deveria ser cada vez mais pressionado para, primeiramente, não permitir que os direitos conquistados durante anos de duras batalhas sejam perdidos. Ao mesmo tempo, deveria ser pressionado e forçado a dar mais direitos àqueles que realmente têm necessidades.

Ele coloca um exemplo, de um movimento de trabalhadores dos EUA que, por meio de grande mobili-

zação, conseguiu fazer com que fossem aplicadas as leis de saúde e segurança no trabalho. Depois de uma grande mobilização, “o governo foi forçado a aceitar essas leis” diz Chomsky. “Quando o governo é forçado a fazer aplicar essas leis, isso salva vidas. Muitos trabalhadores morrem e se machucam no trabalho”.<sup>32</sup> Essa reforma, do seu ponto de vista, não pode ser considerada como um fim, mas sim como um passo para que os trabalhadores ganhem consciência e aprendam a mobilizar-se. Assim, têm como descobrir que a auto-organização pode ser utilizada como um pequeno ganho para algo maior no futuro. Chomsky não acredita que isso seria rechaçado por qualquer anarquista clássico, quando diz: “Eu não posso acreditar que Kropotkin, Bakunin, Rocker, ou qualquer outro, diria: ‘Não, nós não queremos a aplicação das leis de saúde e segurança para salvar a vida dos trabalhadores porque isso reforça o Estado’. Eu não acredito nisso.”<sup>33</sup> Dessa maneira, esses ganhos de curto prazo, ou essas reformas, não estariam em contradição com um objetivo revolucionário. Pergunta-se Chomsky: “[...] as pessoas devem ir além da defesa dos objetivos de curto prazo? A resposta me parece muito clara: obviamente sim.”<sup>34</sup>

Essa forma de lidar com a questão reforma e revolução parece-nos uma maneira interessante de repensar o tal dilema. O pensamento de Chomsky foi, certamente, muito influenciado pelo anarco-sindicalista Rudolf Rocker e, por isso, podemos ver grande semelhança entre essa forma de análise da dinâmica social, formalizada por Chomsky e seu conceito de metas e projetos, e a forma de lidar com essa questão dentro do anarco-sindicalismo. O anarco-sindicalismo tentou conciliar a busca pelos ganhos de curto prazo dos trabalhadores como a melhoria das condições de trabalho, o aumento de salário e a redução da jornada, ao mesmo tempo em que tentava criar no trabalhador uma consciência, preparando-o para uma revolução e um porvir libertário. Está aí, radicada no anarco-sindicalismo, portanto, essa dinâmica proposta por Chomsky. Em sua definição dos objetivos do anarco-sindicalismo, Rudolf Rocker diz que este tem dupla finalidade:

“1º Como organização militante dos trabalhadores contra os patrões, dar força às reivindicações dos trabalhadores para garantir a elevação de seu meio de vida. 2º Como escola para

a preparação intelectual dos trabalhadores, capacitá-los para a direção técnica da produção e da vida econômica em geral, de forma que, ao produzir-se uma situação revolucionária, eles estejam aptos para tomar por si mesmos o organismo social-econômico e refazê-lo em concordância com os princípios socialistas.”<sup>35</sup>

Aliás, Rocker concorda com a idéia de que as próprias reformas, os próprios ganhos dos trabalhadores, devem ser defendidos por eles enquanto movimento. Ele diz que mesmo que o Parlamento aceite conceder determinados ganhos, se os trabalhadores não estiverem mobilizados socialmente, esses ganhos serão facilmente perdidos no futuro. Além disso, essa luta pelos objetivos de curto prazo, criaria nos trabalhadores os sentimentos de solidariedade e de responsabilidade moral para com suas próprias ações. Ou seja, talvez a questão não deva estar somente nos resultados, nos ganhos, mas sim no processo, que é pedagógico por si mesmo. É na luta de ação direta que as pessoas adquirem consciência da problemática social e, assim, do seu poder de resistência.

Talvez a resposta para o dilema reforma ou revolução esteja na eliminação desse próprio dilema. Talvez a questão a ser respondida deva ser a seguinte: as reformas e a revolução são antagônicas ou complementares? Elas podem ser antagônicas, como podem ser complementares e isso vai depender de como lidarmos com elas. A necessidade de escolha entre *uma ou outra* acontece, de certa forma, por razão de termos enraizado uma mentalidade que tem na dialética todas as explicações e respostas para o mundo e a vida. Muitas vezes encontramos-nos presos a essa situação em que temos que escolher entre uma ou outra e a conciliação entre os dois, num esquema que trataria de *uma e outra* muitas vezes não é considerado, eliminando esta importante possibilidade. A grande questão é saber quando trataremos das reformas e revolução enquanto *umas ou outra* e quando as trataremos enquanto *umas e outra*. Os métodos pelos quais agiremos são, certamente, bastante relevantes nessa discussão.

Entraremos no parlamento para negociar essas reformas? Definitivamente não. Pressionaremos o governo para obter ganhos parciais que melhorem as vidas das pessoas hoje, quando estivermos organizados em torno de um movimento? Certamente. Acreditamos

ainda, que esses ganhos não são, como coloca Chomsky, uma forma de reforçar o Estado, mas sim uma maneira de enfraquecê-lo, mostrando que o foco do poder não está no Estado, mas fora dele – no povo. Da mesma maneira, deveremos valorizar os movimentos que exigem ganhos dentro do ambiente de trabalho. Certamente, será um grande problema ver em que medida as exigências de curto prazo que faremos – nossas metas – estarão em acordo com os nossos objetivos revolucionários e a sociedade que gostaríamos de viver – nossos projetos – mas isso deverá ficar a cargo de cada grupo ou movimento. Como sempre diz Chomsky, nosso conhecimento é muito pequeno para querermos propor um projeto acabado de como transformar a sociedade. Isso deve ficar a cargo daqueles que estão envolvidos com cada uma das questões e das lutas do dia-a-dia. Esses ganhos parciais, como já foi dito, devem traçar o caminho rumo a um futuro em que a revolução seja possível.

Há, no entanto, uma grande necessidade em afirmarmos a importância da ação direta nessa perspectiva. Seria simples afirmarmos que, para obter nossos ganhos de curto prazo, entraríamos para a política parlamentar e nos dedicaríamos a eleger o maior nú-

mero possível de vereadores, deputados e prefeitos para defender a nossa causa. Não acreditamos que o caminho seja esse. A política parlamentar, já diversas vezes criticada pelos anarquistas, não oferece possibilidades de mudanças significativas do ponto de vista libertário, já que desencoraja a participação das pessoas, alienando-as politicamente. Essa forma de política cria uma distância cada vez maior entre os governantes e os governados, fazendo com que os governantes ocupem posições de privilégio no Estado e passem a utilizá-lo em benefício próprio, rendendo-se à lógica do poder e do dinheiro. O poder de tomar decisões, nesse caso, é passado das pessoas para os políticos profissionais, que tratam de decidir por todos aqueles que o elegeram. E os partidos, mesmo que bem intencionados, são tragados pelo parlamento rendendo-se à fúria da institucionalização. Exemplos claros disso são a transformação do Movimento dos Verdes em partido, na década de 1980 na Europa<sup>36</sup>, e a transformação ocorrida com o Partido dos Trabalhadores brasileiro desde sua criação até hoje. Os tais ganhos de curto prazo devem basear-se sempre na ação direta, ou seja, a ação feita pelos próprios interes-

sados, opondo-se à democracia representativa, à centralização e à burocracia.

Enganam-se aqueles que acreditam que essa concepção de reformas e revolução seja apenas uma reivindicação do sindicalismo anarquista. Os próprios anarco-comunistas, que tinham Malatesta dentre seus representantes, defenderam concepções semelhantes. Em um artigo de 1924, quando discutia as reformas, ele utiliza um conceito diferente de reformista (aquele que vê a reforma como um fim) para se referir aos anarquistas que também lutam no curto prazo, propondo o termo *reformador*. Dizia ele:

“Somos reformadores hoje, no sentido em que procuramos criar as condições favoráveis e tornar consciente o maior número possível de pessoas, para bem conduzir uma insurreição do povo; seremos reformadores amanhã, após a vitória da insurreição e a conquista da liberdade, no sentido que procuramos ganhar para nossas idéias um número cada vez maior de adeptos, por todos os meios que a liberdade autorize, isto é, pela propaganda, pelo exem-

plo, pela resistência, inclusive violenta, contra quem quer que deseje coagir nossa liberdade.”<sup>37</sup>

Isso faz-nos concluir que nosso papel, enquanto revolucionários, deve ser também o de lutar pelos ganhos parciais e de curto prazo. Para que essas reformas tenham sucesso e que contribuam de maneira efetiva para o nosso projeto de libertação da humanidade, é fundamental que deixemos o sectarismo de lado passando a atuar com outros e em meio aos outros que tenham interesses semelhantes aos nossos. Dessa forma, devemos buscar aglutinar num pólo opositor a maior força possível para que consigamos impor aos senhores do mundo as mudanças sociais pelas quais lutamos. Está claro que os socialistas libertários devem buscar espaço dentro dos movimentos que reivindicam lutas de curto prazo, influenciando-os o quanto for possível, na mesma concepção exposta por Malatesta anteriormente. Da mesma maneira, afirmamos a necessidade de organizações que estejam bem constituídas enquanto forças políticas, que possam tornar-se relevantes, de fato, na vida e no cotidiano de luta das pessoas e que também possam se defender dos

ataques daqueles maus-caracteres. É necessário, ainda, afirmar que a seriedade e o comprometimento no envolvimento com tais atividades, são fatores de suma importância e que uma discussão estratégica, em torno dos objetivos desejados, é imprescindível.

Esperamos que essa seja uma contribuição para esse polêmico debate entre reforma e revolução. Muito mais do que propor uma solução para o problema, buscamos apresentar algumas reflexões que possam inspirar a nossa prática militante, já que em meio a ela, uma série de outras questões certamente surge e surgirá. Caberá a nós, cuja experiência prática inspira a teórica e vice-versa, tentar encontrar respostas para essas questões e caminhos que possam iluminar as práticas daquilo que fazemos hoje, rumo a um novo porvir tão desejado.

## NOTAS:

1. Goldman, Emma. *Living my Life*. (Vol. 1) New York: Alfred A Knopf Inc, 1931. Capítulo 5.
2. Sobre o conceito de autogestão generalizada (nos âmbitos econômico, político e social) ver: Guillén, Abraham. "Socialismo Libertário". In: *Autogestão Hoje: teorias e práticas contemporâneas*. São Paulo: Faísca, 2004.
3. Em alemão *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*.
4. Kautsky, Karl. *The Class Struggle (Erfurt Program)*. New York: Norton, 1971.
5. Bernstein, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997 p. 24.
6. *Ibid.* p. 25.
7. Bookchin, Murray. *Third Revolution* Vol. II London: Cassel, 1998 p. 295.
8. Bernstein, Eduard. *Op. Cit.* p. 145.
9. *Ibid.* p. 114.
10. Luxemburgo, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2003.
11. *Ibid.* p. 49.
12. *Ibid.* p. 57.
13. *Ibid.* p. 85.
14. Para um debate muito interessante sobre os anarquistas e o parlamentarismo, ver: Malatesta, Errico; Merlino, Savério. *Democracia ou*

*Anarquismo?* Faro: Sotavento, 2001. Neste livro, Malatesta e Merlino discutem, por meio de artigos publicados na imprensa operária da época, qual deveria ser a postura dos anarquistas frente ao parlamentarismo. Ao tempo que Merlino defende que o anarquismo deve lutar em todas as frentes e, por isso, aproveitar-se das oportunidades que surgem no parlamento, fazendo deste mais um campo de combate dos anarquistas, Malatesta discorda veementemente e diz que o objetivo dos anarquistas é, antes de tudo, a revolução. Diz ainda que a tática de Merlino levaria à renúncia do programa socialista do anarquismo.

15. Bakunin, Mikhail. *O Princípio do Estado*. Brasília: Novos Tempos, 1989 p. 70.

16. Publicado no Brasil pela editora Martins Fontes em 1988.

17. Para um estudo recente da história do movimento revolucionário a partir de uma perspectiva libertária, ver: *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

18. Os dois textos aos quais me referirei a partir de agora estão, em sua totalidade, no livro Woodcock, George. *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LPM, 1998 pp.201-212.

19. Monatte, Pierre. “Em Defesa do Sindicalismo”. In: Woodcock, George. *Op. Cit.* p. 207.

20. Entre presos, fugitivos e mortos, calcula-se que cerca de 100 mil habitantes parisienses sofreram o efeito dessa repressão. Sobre a Comuna de Paris, ver Coggiola, Osvaldo (org). *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003.

21. Monatte, Pierre. *Op. Cit.* p. 206. Grifos meus.

22. Malatesta, Errico. “Sindicalismo: a crítica de um anarquista”. In: Woodcock, George. *Op. Cit.* p. 208.

23. *Ibid.* p. 212.

24. Utilizarei para a conceituação de revolução e reformismo, em grande medida, o *Dicionário do Anarquismo*, feito por Jorge Silva, ainda não publicado.

25. Utilizo a palavra “democracia” aqui com o sentido de forma de tomada de decisão entre iguais. Numa discussão desse artigo, Pablo Ortellado conceituou, de maneira interessante, a democracia: “Democracia é a decisão entre iguais. É uma forma de deliberação que se nega a aceitar (em política) qualquer tipo de autoridade (da tradição, da ciência, etc.). Na democracia, os homens aparecem como iguais e como múltiplos – o mundo aparece de maneira diferente para cada homem e cada uma dessas visões é equivalente a outra. O espaço democrático é o lugar onde esses pontos de vista são apresentados com o objetivo de levar a uma decisão coletiva comum. A essência da democracia é este entrelaçamento livre de pontos de vista, em que cada perspectiva equivalente pode influenciar a outra. Sem debate entre iguais, não há democracia.” Relevante também traçar a relação do termo “democracia” utilizado aqui com a democracia direta e o federalismo.

26. Luxemburgo, Rosa. *Op. Cit.* p. 18.

27. *Ibid.* pp. 95-96.

28. Malatesta, Errico. “Sindicalismo e Anarquismo”. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000 pp. 70-72.

29. Sobre esse conceito ver: Albert, Michael. “But What Are You For?” In: *Talking About a Revolution*. Cambridge: South End Press, 1998.

30. Chomsky, Noam. “Metas e Projetos” In: *Notas sobre o Anarquismo*. São Paulo: Sedição / Imaginário, 2004 p. 93.

31. Prefiro, nesse texto, não tratar de aspectos práticos para aplicação dessa metodologia. Alguns companheiros acharam que eu deveria fazê-lo para que o artigo sugerisse algumas formas de atuação para o presente. Acabei por decidir que não incluiria reflexões sobre propostas concretas,

pois, para mim, a discussão que mais interessa, tratando dessa visão do Chomsky, é essa noção entre presente e futuro, e não quais são as tarefas que devemos fazer hoje para chegarmos a uma sociedade em que gostaríamos de viver amanhã. Ainda assim, acredito que movimentos como os *piqueteros*, os zapatistas, o Movimento Passe Livre, o trabalho de setores dos movimentos sem-teto, sem-terra, sindical e estudantil, dentre outros, constituam alternativas que estão acontecendo agora e que devem ser campo de trabalho para os anarquistas comprometidos socialmente.

32. Chomsky, Noam. “Reforma e Revolução”. In: *Op. Cit.* p. 166.

33. *Ibid.* p. 168.

34. Chomsky, Noam. “Algumas Questões sobre o Anarquismo”. In: *Op. Cit.* p. 191.

35. Rocker, Rudolf. *Anarcosindicalismo – Teoria y Practica*. Barcelona: Picazo, 1978 pp. 93-94.

36. Para um texto muito interessante sobre a institucionalização dos Verdes na Europa, ver: Biehl, Janet. “De Movimento a Partido Político”. In: *Ação Direta e Partidos Políticos*. São Paulo: Faísca, no prelo.

37. Malatesta, Errico. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortes, 1989 p. 145.

Esse artigo discute brevemente a inesgotável polêmica entre *reforma e revolução*, a partir de uma perspectiva socialista e libertária.

Com este objetivo, volta ao contexto da II Internacional, analisando o debate entre Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo sobre o tema. Volta, ainda, ao movimento operário do início do século XX, tomando como referência as discussões do Congresso Anarquista de Amsterdã de 1907, entre Pierre Monatte e Errico Malatesta.

Há então uma análise contemporânea do tema, que pode ajudar no seu esclarecimento, mostrando possíveis saídas para as inúmeras questões levantadas.



**BIBLIOTECA DE BOLSO FAÍSCA**